



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

659

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0229635-9

EMBARGANTE: CONFIANÇA ELETRODOMÉSTICOS LTDA.
ADVOGADO: Ronnie Preuss Duarte OAB/PE 016528
EMBARGADO: WHIRLPOOL S/A e OUTRO
ADVOGADO: João Humberto Martorelli OAB/PE 007489
RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
DATA DO JULGAMENTO: 02 DE OUTUBRO DE 2013

EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ENFRENTAMENTO DOS PONTOS CONTROVERTIDOS. DESPROVIMENTO DOS ACLARATÓRIOS.

1. O argumento relacionado à incompatibilidade entre a ação cautelar e a ação principal foi, de certo modo, enfrentado por este Tribunal em outras oportunidades anteriores, isto por ocasião do julgamento de agravos de instrumento nºs 157.389-1, 160853-1 e 170300-8, circunstância que poderia conduzir ao entendimento errôneo de que, como o Tribunal já tinha decidido a esse respeito em momento anterior, não poderia o juiz de primeiro grau, “insistir” em permanecer sustentando a mesma tese, sob pena e infringir o Art. 471 do CPC.
2. Entretanto, os agravos anteriores impugnavam outras decisões interlocutórias exaradas no curso do processo. Ao julgar os referidos agravos, operou-se, para aquele momento processual, o efeito substitutivo de que trata o Art. 512 do CPC.
3. O entendimento exarado pelo tribunal, no julgamento daqueles agravos não perdura até o final da lide, nada impedindo que o magistrado, em momento processual diverso, como ocorreu no caso em apreço, entenda de modo diferente do que foi anteriormente decidido pelo tribunal, sem que isso implique ofensa ao Art. 471 do CPC.
4. Nos casos como o que ora se apresenta, de apelação interposta de sentença em processo cautelar, por expressa disposição legal constante do Art. 520, IV, do CPC, não tem cabimento o efeito suspensivo automático do apelo.
5. Desse modo, a esta Segunda Câmara caberia analisar se era – ou não – o caso de se atribuir o



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

efeito suspensivo à apelação. E isso foi feito por este colégio de julgadores.

6. Percebe-se, sem qualquer esforço, o enfrentamento dos pontos controvertidos da demanda por meio de decisão refletida e balizada em entendimento legal.
7. Por unanimidade, negou-se provimento aos aclaratórios.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento nº 0229635-9, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 7 de outubro de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0229635-9

EMBARGANTE: CONFIANÇA ELETRODOMÉSTICOS LTDA.
ADVOGADO: Ronnie Preuss Duarte OAB/PE 016528
EMBARGADO: WHIRLPOOL S/A e OUTRO
ADVOGADO: João Humberto Martorelli OAB/PE 007489
RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO

CONFIANÇA ELETRODOMÉSTICOS LTDA., sob o argumento de existir omissão a ser suprida, através do petitório de fls. 651/652, opõe **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** em face do acórdão lançado nos autos do agravo de instrumento em apenso.

Alega a embargante, nas suas razões recursais, que esta Segunda Câmara foi omissa, na medida em que não enfrentou a questão relativa à preclusão *pro judicato*, com previsão constante do Art. 471 do CPC.


Assevera, nesse ponto, que no seu petitório de fl. 13 e seguintes, delatou questão que, se fosse apreciada por esta Câmara, poderia ser suficiente a modificar a conclusão do julgado, a saber: a preclusão *pro judicato*, que impede que se decida novamente questões relativamente a mesma lide, a teor do disposto no Art. 471 do CPC.

Pugna, ao final, pelo prequestionamento do dispositivo infraconstitucional suscitado e, ainda, pelo provimento dos embargos, a fim de suprir a omissão apontada.

... É o relatório.

Independente o feito de pauta, apresento-o à mesa para julgamento, na conformidade do Art. 85, d, do RITJ/PE.

Recife, 02 de 10 de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0229635-9

EMBARGANTE: CONFIANÇA ELETRODOMÉSTICOS LTDA.

ADVOGADO: Ronnie Preuss Duarte OAB/PE 016528

EMBARGADO: WHIRLPOOL S/A e OUTRO

ADVOGADO: João Humberto Martorelli OAB/PE 007489

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

Alega a embargante, nas suas razões recursais, que esta Segunda Câmara foi omissa, na medida em que não enfrentou a questão relativa à preclusão *pro judicato*, com previsão constante do Art. 471 do CPC, a qual, se apreciada, poderia ser suficiente a modificar a conclusão do julgado.

De acordo com o entendimento sustentado pela empresa embargante, o juiz de primeiro grau, ao receber o recurso de apelação apenas no seu efeito devolutivo, insiste obstinadamente em refutar uma tese que já foi afastada pelo TJPE em outra oportunidade processual, quando foram julgados outros recursos de agravo de instrumento relacionados à ação cautelar originária e à sua principal.

Na verdade, segundo alega a empresa embargante, o juiz de primeiro grau não poderia continuar sustentando a incompatibilidade entre a cautelar e a principal, eis que o TJPE, no julgamento de outros feitos anteriores, já havia sinalizado que, naquela altura dos acontecimentos processuais, era possível a convivência entre a cautelar e a principal. Frise-se que esse foi o entendimento daquele momento temporal.

O argumento relacionado à incompatibilidade entre a ação cautelar e a ação principal foi, de certo modo, enfrentado por este Tribunal em outras oportunidades anteriores, isto por ocasião do julgamento de agravos de instrumento nºs 157.389-1, 160853-1 e 170300-8, circunstância que poderia conduzir ao entendimento errôneo de que, como o Tribunal já tinha decidido a esse respeito em momento anterior, não poderia o juiz de primeiro grau, “insistir” em permanecer sustentando a mesma tese, sob pena e infringir o Art. 471, que é peremptório ao prever que “Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide”.

Entretanto, os agravos anteriores impugnavam outras decisões interlocutórias exaradas no curso do processo. Ao julgar os referidos agravos, operou-se, para aquele momento processual, o efeito substitutivo de que trata o Art. 512 do CPC.

Porém, é importante que se diga que o entendimento exarado pelo tribunal, no julgamento daqueles agravos, não perdura até o final da lide, nada impedindo que o magistrado, em momento processual diverso, como ocorreu no caso em apreço, entenda de modo diferente do que foi anteriormente decidido pelo tribunal, sem que isso implique



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

ofensa ao Art. 471 do CPC, cabendo à parte inconformada interpor o recurso correspondente, como fez a ora embargante, com o manejo do agravo em apenso, que impugna outra decisão, completamente distinta daquelas outras que renderam ensejo àqueles outros agravos.

A questão em apreço, a meu ver, guarda semelhança com aqueles casos em que um juiz, por exemplo, concede uma tutela antecipada. Ao final, nova decisão terá de ser proferida, ainda que em sentido diametralmente oposto ao que restou decidido anteriormente. Não há se falar em ofensa à preclusão ou que a questão já foi decidida.

A propósito, o agravo de instrumento em apenso se presta a impugnar os efeitos em que foi recebido o recurso de apelação tirado de sentença lançada em processo cautelar.

Veja-se que, no caso em apreço, a decisão foi lançada em momento processual diverso daquelas outras anteriores, já findo o processo e, mais, já proferida a sentença.

Não custa lembrar – e isso constou expressamente do voto do Relator do agravo de instrumento, Eminentíssimo Des. Virgínio Marques Carneiro Leão (fl. 620) – que em casos como o que ora se apresenta, de apelação interposta de sentença em processo cautelar, por expressa disposição legal constante do Art. 520, IV, do CPC, não tem cabimento o efeito suspensivo automático do apelo.

Desse modo, a esta Segunda Câmara caberia analisar se era – ou não – o caso de se atribuir o efeito suspensivo à apelação. E isso foi feito por este colégio de julgadores.

Com efeito, da simples leitura dos votos e das notas taquigráficas, percebe-se, sem qualquer esforço, o enfrentamento dos pontos controvertidos da demanda por meio de decisão refletida e balizada em entendimento legal.


Desse modo, não vislumbro qualquer omissão no julgado embargado.

A obrigação funcional do Juiz é julgar a causa (ação), resolvendo as questões (fundamentação). A motivação, assim, exigida no estado democrático, significa apoio de solução. Não existe exigência alguma de que o Juiz deva responder argumento por argumento da parte.

Ainda que, de forma diversa, a matéria trazida a cotejo não tivesse sido fartamente analisada no julgado, a jurisprudência dos nossos tribunais já é consolidada no sentido de que não é obrigatória a apreciação exaustiva de todos os argumentos levantados pela parte, bastando que o julgador enfrente a questão principal e suficiente à solução do litígio.

Ante o exposto, conheço dos presentes embargos, porém **NEGO PROVIMENTO** ao recurso, para manter íntegro o decisum atacado.

É como voto.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator

Recife, 02 de 10 de 2013.